

Paulo Freire: o homem e o método – um ensaio

Geniberto Paiva Campos

Resumo

No final da década de 1950, a educação popular surgia como a nova ferramenta política de mudança, em busca da justiça social e econômica. Tirar as massas do analfabetismo era prerrogativa para alcançar o desenvolvimento; entretanto, no auge da Guerra Fria, os movimentos de educação popular passaram a ser vistos pelo *status quo* como “subversivos”, por medo de que outra Cuba surgisse no Nordeste do Brasil. Em 1963, com o seu método que alfabetiza adultos em apenas 40 horas, Paulo Freire mostrou que o analfabetismo era dívida social, omissão de governos, porém, tanto ele quanto os jovens universitários, que, sob sua orientação, aplicaram o método na cidade de Angicos, foram perseguidos e penalizados com o exílio pela ditadura militar, instaurada no Brasil em 1964.

Palavras-chave: Método Paulo Freire; educação popular; alfabetização de adultos.

Abstract

Paulo Freire: the man and the method – an essay

By the end of the 1950's, popular education emerged as a new political change tool, in search of social and economic justice. Having the mass out of illiteracy was a prerogative in order to achieve development; however, at the height of Cold War, popular education movements were seen as subversive by the status quo, which feared that another Cuba arose in the Northeast of Brazil. In 1963, with his method that alphabetizes adults in just 40 hours, Paulo Freire showed that the analphabetism was a matter of social debt, governments' omission. Despite Freire's efforts, both him and the young college students, who under his guidance applied the method in the town of Angicos, were persecuted and punished with exile by the military dictatorship, established in Brazil in 1964.

Keywords: Paulo Freire's method; popular education; alphabetization of adults.

Introdução

Qual o crime cometido pelo professor Paulo Freire e os seus seguidores do Programa de Alfabetização de Adultos, punidos com a prisão, o exílio, a tortura e até o "desaparecimento"? Por que, no Brasil da década de 1960, a educação popular era vista com tanta desconfiança e preconceito pelas elites dominantes?

A resposta a essas questões implica, necessariamente, a compreensão de um tempo em que a humanidade perdeu o seu rumo e o senso comum, após duas conflagrações em escala mundial, quando teve início o choque ideológico entre dois sistemas socioeconômicos, o Capitalismo e o Socialismo, o que provocou a regressão da sociedade humana a um tempo de barbárie, ódio e intolerância. Na mais perfeita e violenta irracionalidade. Num movimento de lógica absurda, que provocou feridas não cicatrizadas, cujos resquícios, até hoje, se estendem pelas instituições do Estado, pelas organizações políticas e sociais e pelas famílias que não puderam, ainda, chorar e sepultar os seus mortos, abatidos na chamada Guerra Fria.

Alfabetizar/Conscientizar/Educar constituíam, àquela época, um trinômio maldito.

Decorridos 50 anos da instituição dos programas de educação popular, ainda olhamos com pasmo, às vezes com horror, para aquele período e nos perguntamos: por quê?

O contexto mundial

Historiadores contemporâneos respeitáveis afirmam que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Segunda Guerra (1939-1945) e a chamada Guerra Fria (1945-1989) compõem o mesmo conflito. Sustentam, também, que o "breve século

20" (Hobsbawn) somente começou após a primeira grande guerra, portanto, com duas décadas de atraso. Estavam em jogo valores como Liberdade, Democracia, Autodeterminação dos Povos, Direitos Humanos. Por pouco, o mundo, durante a Segunda Guerra, não caiu sob o domínio completo de lunáticos assassinos que imaginavam um "Reich de mil anos".

O período do pós-guerra(s) levantou outras questões ligadas aos destinos da humanidade. Na prática, sobreviveram dois sistemas político-econômicos: o Capitalismo, sistema do livre mercado, e o Socialismo, de raízes marxistas, no qual predominavam a intervenção estatal na economia e o planejamento de curto e médio prazo. Sistemas antagônicos e inconciliáveis em suas concepções. Por aproximadamente cinco décadas ocorreu uma disputa hegemônica aberta, por vezes disfarçada, mas implacável, entre os dois sistemas. A chamada Guerra Fria.

Não se imaginava uma guerra tradicional em escala planetária. O que estava em jogo era a questão essencial: Qual dos sistemas seria capaz de criar pessoas verdadeiramente felizes? De promover o amplo acesso aos bens produzidos pela economia? Do direito ao lazer, à cultura, à educação? Era uma guerra sem uso declarado da força. Uma guerra "santa" travada entre inimigos não religiosos. Com utilização maciça da propaganda pelos dois lados. Com a criação de termos que povoaram o imaginário das pessoas, a partir de década de 1950: "mundo livre", "cortina de ferro", "imperialismo", "exploração capitalista do homem pelo homem".

De todas essas questões, destacamos a que teve forte repercussão na América Latina e, particularmente, no Brasil: o acesso à educação, em todos os níveis – em consequência, os alarmantes índices de analfabetismo nos países subdesenvolvidos, considerado uma vergonha, uma mancha, uma doença. Herança maldita de sistemas antidemocráticos e autoritários. Algo a ser banido, pelo enfrentamento sem descanso do problema, utilizando-se todas as forças disponíveis: governos, cidadãos engajados – jovens, sobretudo –, organizações religiosas e não confessionais. Todos irmanados no combate a essa chaga social.

A Guerra Fria na América Latina e o Brasil em seu labirinto

A chamada Guerra Fria é um período histórico complexo, ainda relativamente recente para ser entendido em todo o seu significado histórico. Para alguns analistas contemporâneos é um conflito que ainda persiste, não necessariamente com os mesmos protagonistas.

Da Guerra Fria interessa, nesta análise, a sua forma de repercussão na América Latina. Num mundo bipolar, e também dividido pelo grau de desenvolvimento econômico alcançado pelos países/nações, falava-se no primeiro mundo, composto pelos países desenvolvidos; no segundo, formado por aqueles em desenvolvimento; e no grande contingente de nações subdesenvolvidas, o chamado terceiro mundo, do qual, embora com algum desconforto, fazia parte o Brasil pós-Getúlio, já com nível respeitável de avanços na área da indústria, concentrada na Região Sudeste. O terceiro mundo ganhou expressão política, sobretudo por meio de lideranças

emergentes africanas, do centro da Europa e, claro, da América Latina. Essas lideranças decidiram construir o bloco dos países “não alinhados”, o que colocava mais lenha na fogueira da Guerra Fria, pois inquietava os dois polos hegemônicos saídos do pós-guerra, União Soviética e Estados Unidos da América.

O Brasil começa a sua caminhada para o “desenvolvimento” saindo de um sistema oligárquico e excludente para um sistema de industrialização, urbanização, respeito relativo aos direitos trabalhistas e consumo de massa. Persistia, no entanto, a exclusão da população rural, sem acesso a terra, sem direitos sociais e com taxas de analfabetismo próximas a 75%. Esse contingente populacional, os despossuídos, na lógica da Guerra Fria, passou a constituir, simultaneamente, um desafio e – embora sem qualquer tipo de organização política –, uma ameaça para o *establishment* de todo o continente americano.

O problema desse difícil período histórico é que a Guerra Fria representava uma bela oportunidade de militância política para os que sonhavam com sociedades democráticas e com pleno respeito aos direitos sociais e econômicos, mas podia ser extremamente cruel e intolerante com os sonhadores. E uma das principais características da sua conveniente ideologia era a falta de respeito aos fatos.

A Região Nordeste – a alfabetização popular – a “guerrilha rural” ou o “levante das massas camponesas”

66

O trabalho de alfabetização popular caminhava simultâneo com a “conscientização” e “politização das massas”. Do ponto de vista político, esperava-se muito do comportamento daqueles que adquiriam o domínio das letras e dos números, tornando-se cidadãos conscientes. Ativos militantes das ações de mudança. Potencialmente perigosos militantes da guerrilha armada.

Este o cenário, ou pano de fundo, de acordo com a expressão da época, para caracterizar o que estaria por trás de alguns movimentos de mobilização popular. Suspeitos, por conveniência ideológica, em suas origens e desdobramentos. Desde que “alfabetizar” significava dar consciência de cidadania era, sim, algo suspeito. Enfim, alguma coisa a ser vista como uma ameaça real ao *status quo* – expressão também muito em voga à época. Logo, tornar-se-ia proibido alfabetizar. Ou tirar os cidadãos das “trevas do analfabetismo”.

Difícil imaginar como se chegou a essa conclusão, mas vivenciava-se o período da Guerra Fria, com a sua lógica inexorável em regiões subdesenvolvidas. Logo, ficava decretada a permanência da ignorância, negando-se aos cidadãos um dos seus mais elementares direitos: saber ler e escrever, entender o seu mundo, educar os seus filhos, exercer a sua cidadania...

Alheios a tal perigo, indivíduos e instituições da Região Nordeste buscavam se organizar para “erradicar o mal”.

No Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, ocorreram três experiências – projetos de alfabetização – que por sua importância ficaram registradas na memória histórica da educação popular brasileira. Quase simultaneamente, com

pequenas diferenças temporais, a Igreja Católica, a Prefeitura Municipal de Natal e o governo do Estado, nesta ordem cronológica, organizaram-se para enfrentar o problema do analfabetismo, aplicando inovações tecnológicas ousadas para o ensino formal da época. Dois deles, a Igreja Católica e o governo do Estado, especificamente voltados para a educação de adultos, usavam métodos didáticos fora da ortodoxia de ensino aceita pelos padrões vigentes.

A Prefeitura de Natal, embora empregando metodologia pedagógica mais usual e, ressalte-se, de excelente nível, optou por inovar na técnica construtiva das suas escolas, utilizando cobertura de palha e chão de barro batido, num partido arquitetônico aparentemente simples, porém criativo, de baixo custo, empregando mão de obra artesanal. Seu projeto foi denominado Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Com essa decisão, a Prefeitura, em curtíssimo espaço de tempo, criou uma rede de ensino, modesta em sua arquitetura, mas de excelente qualidade, voltada prioritariamente para a população carente.

O programa de educação popular da Arquidiocese de Natal, destinado à população adulta, adotou como estratégia de ensino o uso de aparelhos de rádio, de recepção cativa, alocados nas residências dos alunos. Os programas de ensino radiofônicos, adequando a sua linguagem a este meio de comunicação, utilizavam monitores para orientar alunos do sistema diante de naturais dificuldades no aprendizado. No programa da Arquidiocese havia, claramente explicitadas, mensagens educativas sobre cidadania, direito e importância do voto, cuidados com a saúde, higiene, técnicas agrícolas, economia doméstica. Enfim, educação integral, capaz de manter o interesse permanente de alunos adultos, homens e mulheres envolvidos na labuta da vida diária.

O “Método” Paulo Freire: além da alfabetização

Paulo Freire, advogado e professor, filho de pai potiguar e mãe pernambucana, nasceu no Recife, capital do Estado de Pernambuco, no início da década de 1920.

Nessa época, a educação entrava na pauta das prioridades dos brasileiros, com movimentos de intelectuais preocupados com a estrutura do ensino do País. O analfabetismo já se apresentava como um grave problema. O Brasil se preparava para começar a sua busca incessante pela “modernidade”. Eram identificados os elementos causadores do nosso atraso, e as elites, incluindo os militares, já se moviam procurando soluções dentro dos parâmetros legais ou extralegis, com a justificativa da urgência das soluções.

As duas décadas seguintes seriam de grandes mudanças, em escala mundial e no ambiente político interno do Brasil. No plano externo, a grave crise econômica de 1929 que levaria a importantes mudanças no cenário europeu, com a ascensão do nazifascismo, resultando em nova conflagração mundial ao final da década de 1930. No âmbito interno, o movimento tenentista preparava as condições que convergiram para a chamada Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder ditatorial por 15 longos anos, período que foi caracterizado pelo desencadeamento

de ações modernizadoras do Estado brasileiro, ainda que à custa de restrições impostas pelo regime autoritário.

Persistiam, no entanto, problemas por resolver, entre estes a educação, que se prolongou pelas décadas seguintes, desafiando a capacidade criativa da elite do País.

O início da vida pública de Paulo Freire dá-se por volta da segunda metade da década de 1940, ao assumir funções na área educacional. Revelava, já nessa ocasião, uma grande sensibilidade para as questões sociais, fundamentada no Humanismo Cristão, de forte influência francesa, da escola de Jacques Maritain. Propunha, por meio de métodos pacíficos, mudanças na estrutura socioeconômica, atribuindo à educação e ao voto livre e consciente papel preponderante na construção de novas estruturas sociais, políticas e econômicas, sem necessariamente recorrer à luta de classes, ferramenta essencial de mudança, de acordo com a ideologia marxista. O educador Paulo Freire, por vocação irresistível – ele costumava repetir que o Catolicismo era um grande e acolhedor sofá, onde se sentia seguro e confortável –, ligou-se ao grupo de católicos pernambucanos que militavam na área social e tinham na Doutrina Social da Igreja a base ideológica das suas ações e que formavam uma “frente de esquerda”, incluindo cristãos, marxistas, livres pensadores, todos imbuídos de espírito reformista de inclusão social e econômica que orientava sua prática política.

O Movimento de Cultura Popular (MCP), surgido ao final dos anos 50, formou a base operacional da frente de esquerda do Recife. Tinha a tarefa de mobilizar e aglutinar as forças progressistas, unidas por pontos comuns a todos os programas: inclusão social e econômica; acesso aos meios de produção, incluindo as terras agrícolas, dominadas pelo latifúndio; direitos trabalhistas plenos, extensivos aos trabalhadores do campo; direito de voto aos analfabetos; valorização das manifestações culturais de origem popular; e – o mais importante –, acesso pleno à educação de qualidade em todos os níveis e combate sem tréguas ao analfabetismo, este considerado o ponto estratégico para a alavancagem das mudanças.

A educação popular surgiu como a nova ferramenta política de mudança, em busca da justiça social e econômica. Sabia-se, de forma intuitiva, que para construir o “atalho para o desenvolvimento” era necessário tirar as massas da condição de secular analfabetismo e ignorância que as afastava da cidadania plena. Era essencial, portanto, além de alfabetizar, conscientizar o povo. Foram se agregando conceitos fundamentais à metodologia do ensino: consciência crítica; compreensão dos problemas brasileiros; democratização; apropriação do conhecimento sobre a sua realidade; trabalho do homem *junto* com outros homens e não para sua exploração. Finalmente, o *homem e todos* os homens ao se apropriarem desses conceitos seriam capazes de se reconhecerem como atores históricos e criadores da cultura (em sua dimensão antropológica: cultura é tudo aquilo que o homem faz, em oposição ao conceito cultural elitista e excludente). Esse novo homem, modificado pelo processo educacional, estaria apto, enfim, a entender a sua “realidade” para modificar essa mesma realidade.

Portanto, para compreender Paulo Freire e o seu método de ensino, é necessário ir além do conteúdo formal de um projeto de alfabetização. Talvez seja mais apropriado falar de um ideário, composto por alguns conceitos básicos, contidos em palavras aparentemente singelas, mas de grande impacto cognitivo, facilmente inteligível e de grande potencial de mobilização.

Vistos em retrospectiva, pode-se imaginar o que esses conceitos, agregados indissociavelmente ao método do professor Paulo Freire, provocavam no imaginário dos contendores latino-americanos da Guerra Fria.

Os fonemas da alegria: a magia das “40 horas” do Método Paulo Freire

O nome de Paulo Freire, tendo por base a plataforma do MCP do Recife, começa a ganhar projeção como educador popular no início dos anos 60. Inicialmente na Região Nordeste, na qual Recife exercia natural liderança cultural e política, pela sua sólida e crescente estrutura acadêmica e por meio da eleição de nomes colocados à esquerda do espectro partidário nos governos do Estado e nas prefeituras, tanto a da capital quanto as do grande Recife.

Montado esse cenário, faltava apenas a criação de métodos de educação popular que atendessem a ansiedade e a pressa do pensamento político da época, em sua busca incessante pelos “atalhos para o desenvolvimento”. Era importante, talvez essencial, encontrar uma fórmula didática eficaz, aplicável em várias situações, de baixo custo e que possibilitasse, em curto prazo, tirar adultos, homens e mulheres, das “trevas do analfabetismo”.

O professor Paulo Freire já olhava para o mundo ao seu redor. E em seus estudos e divagações filosóficas, descobriu caminhos que iriam revolucionar o processo de alfabetização, até então restrito ao emprego de metodologias ortodoxas aceitas universalmente. Sem preconceitos, soube utilizar, somar e articular conhecimentos, ideias e experiências contemporâneas ou anteriores. Desde os humanistas cristãos franceses, já citados, ao epistemólogo suíço Piaget; de estudos sobre a colonização, como os do psiquiatra martiniquês Frantz Fanon e do escritor tunisiano Albert Memmi, aos do missionário norte-americano Laubach e dos psicólogos alemães que estudaram a percepção visual no âmbito da *Gestalt*.

A educação popular pode tornar-se um instrumento de mudança social e política? Talvez a resposta afirmativa a essa pergunta venha a ser o maior mérito do chamado Método Paulo Freire de alfabetização de adultos. A evolução do seu pensamento pedagógico, a partir da segunda metade da década de 60, confirma essa assertiva, consolidada em sucessivas publicações, de impacto acadêmico, e na população em geral. Essas publicações mostram a força do pensamento educacional do professor Paulo Freire. *Pedagogia do oprimido* tornou-se *best-seller* no Brasil e na América Latina, convertendo-se em referência no pensamento e na cultura política das vanguardas da região.

Restava comprovar, na prática, a eficácia do método em sua dimensão pedagógica/educacional e no seu potencial político, formando cidadãos aptos a atuarem em sua realidade, modificando-a.

As dificuldades apenas começavam. Os termos revolução e revolucionário tornaram-se usuais na linguagem política da época. Designavam projetos potencialmente capazes de produzir mudanças reais do *status quo* em curto prazo. Considerando os objetivos do Método Paulo Freire e o seu *modus operandi*, no qual indivíduos que não sabiam ler ou escrever, após 40 horas em sala de aula, passariam a dominar esses conhecimentos, o método passou a ser considerado como revolucionário.

No ambiente conservador, a assimilação do termo revolucionário sofre convenientes mudanças semânticas. Passa a designar um projeto capaz de produzir, após 40 horas de doutrinação, indivíduos aptos a empunhar armas para lutar pelos seus direitos, ferozes guerrilheiros da luta armada. Tudo de acordo com o modelo recém-implantado na ilha de Cuba.

Como era difícil fazer comparações entre uma pequena ilha do Caribe e um país de dimensões continentais como o Brasil, foi providenciado um recorte do País. Coube à Região Nordeste representar o papel de barril de pólvora, cuja explosão e seu rastilho incendiariam todo o país continente. A retórica das Ligas Camponesas se encarregaria de colocar alguma dose de verdade na metáfora pirotécnica fabricada pela Guerra Fria.

O presidente Kennedy identificou o Nordeste como alta prioridade do seu governo. Isso significava a destinação de recursos significativos para o “desenvolvimento” da região, a criação de instâncias internas capazes de conter o “avanço revolucionário” e, ao fim e ao cabo, a presença de *marines*, soldados das forças armadas americanas que, em número significativo e crescente, “ocuparam” a região. A maioria deles estava baseada no Recife, considerado o foco insurgente de onde partiriam as ações guerrilheiras.

(Vistas em perspectiva histórica, 50 anos depois, essas ações, do ponto de vista geopolítico, parecem inconsistentes, tangenciam o ridículo. Na lógica da Guerra Fria eram divulgadas e assumidas como verdades absolutas. O desenrolar dos acontecimentos veio mostrar a sua inconsistência, mas os objetivos já tinham sido cumpridos.)

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), iniciativa do governo brasileiro em resposta aos apelos de bispos brasileiros, e o início das atividades do programa Aliança para o Progresso do governo americano são evidências da preocupação com os problemas da região. A educação popular e os índices de analfabetismo eram prioritários na agenda de todos os dirigentes envolvidos.

É nesse caldo de cultura que se inserem os programas de educação popular – sob fortes suspeitas, por carregarem em seu bojo objetivos “revolucionários”, não confessados, sequer admitidos pelos seus agentes operacionais –, e aí, ocorrem as contradições inerentes a um quadro político-ideológico ferozmente polarizado entre as forças antagônicas que o compõem.

O Método Paulo Freire na prática: primórdios da experiência de Angicos

Por diversos motivos, o Método Paulo Freire de alfabetização teria o seu teste operacional definitivo no Rio Grande do Norte. Dois programas de educação popular/alfabetização estavam em curso. O da Arquidiocese e o da Prefeitura de Natal. O governo do Estado teria também o seu, usando o “revolucionário” método que alfabetizava adultos em 40 horas.

Aluísio Alves era o então jovem governador do Estado, eleito em 1960, liderando uma frente popular que desalojou a elite conservadora do Rio Grande do Norte. Pretendia um governo moderno, desenvolvimentista. Contava com amplo apoio popular no movimento político denominado Cruzada da Esperança. A educação popular não seria algo estranho aos objetivos estratégicos do governo.

A fonte de suporte financeiro do programa seria a Aliança para o Progresso. Com garantias de não haver interferências descabidas dos “americanos”, o fato foi aceito e aparentemente bem assimilado pelo professor Paulo Freire e seu grupo do MCP e do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, órgão ligado ao governo federal. Para a cultura política da época, o apoio da Aliança para o Progresso a um programa tão ousado e inovador geraria suspeitas de interveniência em assuntos internos do País.

Para se compreender melhor o espírito da época, a resposta política, quase imediata, veio da Prefeitura de Natal – curiosamente aliada do governo do Estado –, adotando o novo lema das suas unidades educacionais: “escola brasileira com dinheiro brasileiro”. O programa com apoio americano já começava controverso.

Paulo Freire queria alguém ligado ao movimento estudantil para coordenar o programa. Àquela época, a União Nacional dos Estudantes (UNE) compunha a vanguarda dos movimentos populares e a Juventude Universitária Católica (JUC) exercia forte influência na entidade estudantil. Pertenciam aos quadros da JUC os três últimos presidentes da UNE: Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant e José Serra.

Marcos Guerra, estudante de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), era o presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), ligada à UNE. Vencedor, por poucos votos, de duríssima eleição direta em que estavam representadas, e devidamente polarizadas, a Esquerda e a Direita, as forças antagônicas da Guerra Fria.

Marcos integrava os quadros da JUC, da Ação Católica. Apesar de ser relativamente jovem, foi tranquila a sua escolha para exercer a coordenação do programa de alfabetização do governo do Estado. E, aí se colocava um problema. Os apoiadores de Marcos consideravam inconveniente o acúmulo das funções de presidente de uma entidade estudantil e coordenador de um programa de alfabetização do governo do Estado e, heresia das heresias, financiado com recursos americanos da Aliança para o Progresso. Após negociações entre seus apoiadores, que indicavam a sua licença temporária como a melhor solução, Marcos, alegando motivos éticos, acreditando no programa e tendo percebido o valor do método e do seu criador, resolveu apresentar sua renúncia ao mandato de presidente da UEE/RN.

Assim, prevalecia a lógica implacável da Guerra Fria. Talvez a decisão fosse outra, caso outras fossem as fontes de financiamento do programa.

Angicos e “belota”, a palavra mágica do método mágico

Angicos é uma cidade situada na região central do Estado do Rio Grande do Norte. Dominada pela Serra do Cabugi, era a terra natal do então governador. Talvez um dos critérios da sua escolha para sediar o programa pioneiro no Estado.

Assumindo com dedicação plena as suas funções de coordenador do programa, Marcos cuidou de arregimentar estudantes universitários aptos e dispostos a trabalhar em seu período de férias acadêmicas numa cidade pequena, relativamente distante da capital. Tratava-se de um programa educacional absolutamente inovador. Um desafio irrecusável para jovens, ainda em carreira universitária, matriculados em diversos cursos de graduação da UFRN. Será que o Método Paulo Freire, aplicado na vida real, funcionaria? Era a pergunta que todos faziam.

Os estudantes universitários, futuros professores/monitores do programa, foram rigorosamente treinados e avaliados em seus conhecimentos antes de iniciarem as suas atividades de campo na cidade de Angicos. Após o treinamento, participaram do levantamento do “universo vocabular” da comunidade e deram início a uma das mais ricas experiências da sua vida.

A palavra síntese do universo vocabular pesquisado, “belota”, composta de três vogais e três consoantes, criou uma miríade de possibilidades, na ilimitada riqueza da criatividade humana.

Pessoas simples, humildes, jejunas de letras e palavras e do seu significado, partindo da compreensão dos fonemas – a unidade sonora da fala –, passaram a construir novas palavras, como se juntassem tijolinhos, abrindo-se para eles um novo mundo. Daí que a palavra mágica, “belota”, detectada em seu universo vocabular, tornou-se a fonte geradora de novas palavras. A partir de be-lo-ta, a linguagem escrita foi tomando forma, adquirindo significados. Uma nova compreensão do mundo foi adquirida. Em 40 horas mágicas de “estudo”, escancaravam-se, sem limites, as portas do conhecimento.

O êxito do programa foi tal que o presidente João Goulart, alguns dos seus ministros, o governador Aluísio Alves e seu secretariado, governadores da Região Nordeste, prefeitos de cidades próximas a Angicos estiveram presentes nas festividades de conclusão do curso. Alguns “alunos” foram capazes de escrever mensagens para as autoridades.

Enfim, o Método Paulo Freire funcionava. Estava provado. E, surpreendentemente, não formou guerrilheiros ou homens armados para mudar a ordem vigente. O método formava cidadãos, pessoas simples que sabiam como buscar e reivindicar seus direitos. Dentro da ordem. Em paz. Nos conformes da legalidade.

Legalidade que estava prestes a ser violada, colocando o Brasil num longo período de trevas e autoritarismo. A Guerra Fria tinha um lado vencedor. O lado mais obscuro.

Conclusões

O legado de Paulo Freire

O professor Paulo Freire foi um homem à frente do seu tempo. Um inovador, um humanista, sensível ao drama humano do analfabetismo. Antes de tudo, um educador. Aqueles que tiveram o privilégio do seu convívio conhecem o fascínio exercido pela sua personalidade. Era excelente expositor. Ao mesmo tempo, orgulhoso e humilde. Conciliador e perseverante. Uma inteligência arguta. Sempre disposto a enfrentar desafios. Um autêntico nordestino.

Paulo Freire exerceu papel fundamental na educação popular brasileira. Graças ao seu trabalho incansável, o analfabetismo passou a ocupar lugar proeminente na pauta dos governantes brasileiros. Nunca mais aceito como “coisa natural”. Perversamente atribuído à “preguiça do homem brasileiro”, pouco afeito ao trabalho e às coisas do espírito, como explicavam sociólogos a serviço da Casa Grande.

Após Paulo Freire, o analfabetismo passou a ser estigmatizado como dívida social, omissão de governos, e não como chaga ou doença a ser curada. Ele apontou os caminhos para o resgate dessa dívida social, com competência, criatividade e elegância.

Em seu périplo internacional em tempos de exílio, Paulo Freire continuou, sempre, marcado pelas suas origens nordestinas. Homem simples, de fácil afeto. Um brasileiro que sabia pensar o seu país na perspectiva de mudanças necessárias, alavancadas por um processo educacional inovador, indissociável do seu nome, o Método Paulo Freire. Capaz de provocar arrepios nas hostes conservadoras. E de encher de esperança os que lutavam, agora no mundo inteiro, por mudanças numa ordem injusta e excludente. E tudo havia começado numa pequena cidade perdida nos rincões sertanejos do Rio Grande do Norte. O legado do professor Paulo Freire ganha foros de legitimidade na experiência de Angicos, validado pelo trabalho de jovens estudantes universitários que apenas acreditaram na possibilidade de fazer mudanças essenciais na ortodoxia educacional, alfabetizando adultos em 40 horas.

A experiência de Angicos merece registro por ter sido executada por jovens recém-saídos da adolescência, que, na forma simples do seu trabalho dedicado, estavam fazendo História. E, de repente, foram arrancados brutalmente dos seus sonhos pela Nova Ordem, expostos como “subversivos”, pela ousadia de trabalhar na educação de um povo simples. Tendo realizado honestamente a sua tarefa à vista de todos, o produto de seu trabalho, o novo homem consciente da sua condição humana, social, emergia de um trabalho bem feito. Ficava cada vez mais clara a enorme desproporção entre a tarefa, honestamente realizada, e a interpretação malévola, suspicaz, carregada de intenções dúbias e falazes, pelos sumos sacerdotes da Nova Ordem.

Decorridos 50 anos – meio século – da experiência de Angicos, talvez ainda esteja distante o pleno desenvolvimento social e econômico esperado. Mas, são visíveis os sinais de mudança.

Ao longo desse tempo, a experiência educacional inovadora adquiriu a sua verdadeira dimensão no contexto da educação popular no Brasil e na América Latina.

Os jovens da década de 1960 envolvidos naquela tarefa, hoje adultos, poderão dizer com natural orgulho: “Fizemos um bom trabalho”.

As lições da Guerra Fria

Quais lições decorrem desses fatos, narrados com a isenção possível, considerando o seu contexto histórico? Qual o fator preponderante, a variável dominante, que levou a desfechos tão absurdos, se, decorridos outros 50 anos, a sensação de estranheza que provoca agora venha a assumir ainda maiores proporções?

Afinal, para um grave problema social, o analfabetismo, foi encontrada uma solução possível: inovadora, de curta duração, de baixo custo, comprovadamente eficaz, aplicável nos mais diferentes contextos. Uma solução que fazia avançar o processo civilizatório, mas seus atores foram severamente punidos, como se fossem criminosos. Alguns banidos do seu país de origem e iniciando um êxodo sofrido e injustificado.

A resposta mais provável talvez possa ser encontrada na construção dos cânones da Guerra Fria, levada a cabo por mentes doentias, incapazes de aceitar como natural a ocorrência do contraditório nas relações humanas, e que supõem que estas devam ser alicerçadas no domínio de um grupo de homens sobre outro.

Teria sido em vão a luta contra o nazifascismo, na qual milhões e milhões de pessoas perderam a vida?

Seria inútil, para as relações humanas, a inserção de tecnologias inovadoras, de alcance quase ilimitado, logo utilizadas para a dominação e não para as relações de paz e harmonia entre os homens?

São perguntas pertinentes, mas as respostas não são fáceis, pois envolvem a esperança, pelo menos a expectativa de racionalidade no comportamento humano. Como disse Albert Einstein: “Há duas coisas infinitas. O Universo e a estupidez humana. Mas tenho dúvidas sobre a primeira”.

Geniberto Paiva Campos é médico cardiologista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1966 e, após concluir o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, lecionou na Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), atuou no Hospital Sarah Kubitschek e foi diretor da Divisão Nacional de Doenças Crônico-Degenerativas no Ministério da Saúde.

genibertocampos@gmail.com

Recebido em 22 de outubro de 2013.

Aprovado em 6 de novembro de 2013.